

Ata de Reunião do CONCCRI 28.11.23

Data: 28/11/2023 Local: Sala Do Conselho da Prefeitura

Aos 9h, do dia 28 de novembro de 2023, teve início a reunião do Conselho da Cultura na Sala de Reuniões da sala do conselho da prefeitura Criciúma. A reunião realizada foi essencialmente focada na atualização e resolução de questões administrativas relacionadas ao cadastramento no SNC (Sistema Nacional de Cultura) e à vinculação de fundos. Os participantes discutiram sobre a necessidade de atualização do cadastro anualmente, comparando-o à regularidade exigida para o CNPJ. Houve menção à obrigatoriedade de declaração anual para aqueles que não são funcionários e à necessidade de mudança de gestor no sistema, especialmente em relação ao Júlio Lopes, ainda registrado como parte da gestão anterior da FCC (Fundação Cultural de Criciúma). Um dos pontos de destaque foi a dificuldade encontrada para vincular o fundo à Lei Aldir Blanc devido à desatualização no sistema, especificamente em relação a Joster Favero, atual presidente da Fundação Cultural. Após intervenção do diretor de cultura, Ismail Ahmad, a SNC foi atualizada, permitindo a vinculação correta ao fundo. No entanto, surgiram complicações relacionadas à dotação orçamentária da Fundação Cultural, especialmente em relação à Lei Paulo Gustavo e à Fonte 100. Ao longo da discussão também foi abordada a urgência de aprovar questões orçamentárias na Câmara Municipal antes do recesso, visando cumprir compromissos ainda no ano corrente, se comenta a necessidade de contabilizar e acompanhar os beneficiários dos recursos culturais, incluindo pessoas físicas e jurídicas, além de associações sem fins lucrativos. Após as análises anteriores a conversa evoluiu para reflexões sobre a complexidade da legislação cultural, especialmente no que diz respeito às leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, e às ações afirmativas, os participantes compartilharam suas experiências em avaliar projetos culturais e destacaram a falta de clareza e critérios nas ações afirmativas. Algumas questões sobre legalidade e ilegalidade operacionais foram discutidas em detalhes, incluindo a definição de residência para proponentes de projetos culturais, especialmente no contexto de bolsas de estudo e intercâmbios. Houve preocupação em evitar impugnações judiciais dos editais devido a inconsistências nas exigências de residência e atuação cultural. Após a discussão longa voltada a administração e parte jurídica, o foco recai sobre a avaliação dos projetos e a possibilidade de remanejamento de recursos entre diferentes categorias de premiação, a necessidade de transparência e clareza no processo é destacada, especialmente diante de questões relacionadas à correção de valores e categorias em projetos já avaliados, dentre essas análises os participantes remetem sua preocupação recorrente entre a compreensão e distinção da ação social e ação afirmativa nos projetos apresentados, em geral, a fim de evitar mal-entendidos e garantir a adequada avaliação dos projetos.

Outro ponto debatido é a necessidade de uma comunicação eficaz entre os responsáveis pelo processo de avaliação e os proponentes. São levantadas questões sobre a clareza das informações fornecidas aos proponentes e a importância de garantir que todos compreendam os critérios de avaliação e os

procedimentos a serem seguidos. Além disso, são abordadas preocupações sobre possíveis erros ou inconsistências no processo de avaliação, especialmente no que diz respeito à atribuição de valores e categorias aos projetos, os participantes expressam a necessidade de revisão e correção de tais problemas, a fim de garantir a integridade e credibilidade do processo. Com esses problemas expostos alguns dos pontos discutidos incluíram a publicação dos resultados de um projeto, a avaliação de erros ocorridos devido a atrasos na divulgação, a devolução de recursos, a questão da residência dos proponentes, a avaliação de empresas contratadas, e a necessidade de melhorias nos processos internos da Fundação Cultural. A necessidade de aprimoramento nos processos internos da Fundação Cultural também foi abordada, incluindo a sugestão de ampliar a equipe técnica para lidar com futuros editais e sobre a falta de continuidade em projetos culturais e a articulação com outras secretarias, como a Educação, para promover a cultura dentro das escolas, assim é exposto pelos participantes as dificuldades de acesso à secretaria de educação, projetos culturais e questões relacionadas à regulamentação de fundos municipais de cultura. O participante André Tavares relata sua dificuldade para obter aprovação da secretaria de educação para circular projetos, e ele menciona especificamente um projeto cultural lançado em 2022, que convidava escolas interessadas a se inscreverem, mas enfrentou dificuldades para obter anuência da secretaria. Fazendo assim por meio dessa experiência levar o grupo a discutir a autonomia dos diretores escolares para realizar atividades culturais, como palestras, sem a necessidade de aprovação prévia da secretaria de educação. No entanto, há preocupações sobre a falta de comunicação e apoio da secretaria em relação a esses projetos. Outro ponto abordado na reta final da reunião é a importância de garantir que os projetos financiados atendam às necessidades e interesses da comunidade local, incluindo a diversificação dos tipos de projetos e a inclusão de artistas locais, a discussão sobre a regulamentação do Fundo Municipal de Cultura destaca a necessidade de garantir que os recursos sejam utilizados de forma transparente e eficaz, com a participação da comunidade na tomada de decisões sobre o financiamento de projetos culturais, deste modo é gerada uma reflexão sobre a importância econômica da cultura, destacando o papel dos artistas e profissionais culturais na geração de empregos e no desenvolvimento econômico local por todos os participantes. Além disso, são discutidas propostas para incentivar a participação da comunidade na vida cultural da cidade, incluindo a criação de um calendário de eventos culturais e a implementação de um cadastro de artistas locais para facilitar a contratação pela prefeitura. Por fim, há uma discussão sobre a programação de eventos culturais para o Natal, incluindo desfiles, cantatas e exposições, com o objetivo de promover a participação da comunidade e fortalecer a identidade cultural da cidade. Após o último tema debatido, foi expressa uma preocupação em relação à participação e comprometimento dos membros do conselho, especialmente aqueles ligados ao governo municipal, é levantado questões sobre a ausência em reuniões e a necessidade de maior engajamento por parte desses representantes para assegurar a efetividade do conselho. A reunião terminou com a definição de uma data para uma nova reunião extraordinária, onde serão discutidos temas como a exclusão de membros pouco ativos e a eleição de delegados para a Conferência Municipal de Cultura. Essa iniciativa visa garantir a representatividade e o bom funcionamento do conselho, fortalecendo assim a gestão cultural no âmbito municipal.

Criciúma, 28 de novembro de 2023